



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE  
Centro, CEP 78.360-000  
Fone (65) 3382-5100  
CNPJ 24.772.287/0001-36

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA SOLICITANTE:

Secretária Municipal de Assistência Social

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR: Alexandre João Schiavo**  
**SOLICITAÇÕES DE DESPESAS Nº: 1543/2024**

### RECURSO: PRÓPRIO

#### 1. OBJETO

1.1. O presente termo de referencia tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviço de acolhimento institucional para idosos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com direitos violados, podendo ser dependentes ou independentes, que recebem benefícios ou não.

#### 2. DEFINIÇÃO O OBJETO

2.1 O presente credenciamento se enquadra como prestação de serviços, não emergencial, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 056/23.

#### 2.2 DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR:

Nº ITEM	ITEM	DESCRICAO	UND MED	QTD	VALOR	TOTAL
1	52139	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE - GRAU DE DEPENDÊNCIA III - IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRAM ASSISTÊNCIA EM TODAS AS ATIVIDADES DE AUTOCUIDADO PARA A VIDA DIÁRIA E OU COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO. TIPO I	MÊS	1	2.757,27	2.757,27
2	52140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE - GRAU DE DEPENDÊNCIA III - IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRAM ASSISTÊNCIA EM TODAS AS ATIVIDADES DE AUTOCUIDADO PARA A VIDA DIÁRIA E OU COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO. TIPO II	MÊS	1	2.757,27	2.757,27





3	52141	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE - GRAU DE DEPENDÊNCIA III - IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRAM ASSISTÊNCIA EM TODAS AS ATIVIDADES DE AUTOCUIDADO PARA A VIDA DIÁRIA E OU COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO. TIPO III	MÊS	1	2.757,27	2.757,27
4	52142	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE - GRAU DE DEPENDÊNCIA III - IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRAM ASSISTÊNCIA EM TODAS AS ATIVIDADES DE AUTOCUIDADO PARA A VIDA DIÁRIA E OU COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO. TIPO IV	MÊS	1	2.757,27	2.757,27
5	52143	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE - GRAU DE DEPENDÊNCIA III - IDOSOS COM DEPENDÊNCIA QUE REQUEIRAM ASSISTÊNCIA EM TODAS AS ATIVIDADES DE AUTOCUIDADO PARA A VIDA DIÁRIA E OU COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO. TIPO V	MÊS	1	2.757,27	2.757,27

## 2.3 PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

**2.3.1** O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 056/23.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**3.1** A contratação de instituições de saúde se faz necessário para proporcionar suporte adequado aos idosos que enfrentam diversas dificuldades. Esses desafios incluem a incapacidade de permanecer com suas famílias devido a situações de violência e negligência, situação de rua e abandono, além de vínculos familiares fragilizados ou rompidos. A implementação desse credenciamento visa garantir que esses idosos recebam os cuidados e a assistência necessários, promovendo sua dignidade e bem-estar em um ambiente seguro e acolhedor.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**4.1** O município busca melhorar a qualidade de vida dos idosos, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro, com cuidados personalizados e atividades que promovem o bem-estar.

Para suprir essa necessidade, é essencial garantir que os idosos recebam cuidados apropriados em um ambiente especializado que atenda às suas necessidades específicas. Por isso, o município está empenhado em contratar instituições com profissionais qualificados que possam oferecer o suporte e os serviços necessários.



Além disso, o município se compromete com um processo transparente e eficiente de contratação e monitoramento, promovendo a confiança da comunidade e assegurando a eficácia na gestão dos recursos públicos. Essa abordagem visa garantir um acolhimento institucional de alta qualidade para os idosos, promovendo seu bem-estar e dignidade através de uma gestão eficaz e dedicada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. São obrigações da Administração Pública:**

- a) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- b) Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- c) Disponibilizar informações necessárias à execução do presente instrumento;
- d) Nenhuma outra remuneração será devida ao Contratado, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento. Fica convencionado que não há relação de emprego entre o Contratante e o Contratado, estando este Contrato disciplinado pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil;
- e) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- f) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- g) Não haverá em hipótese alguma pagamento antecipado;
- h) Fiscalizar a execução dos serviços;
- i) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- j) Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

### **5.2. São obrigações do fornecedor contratado:**

- a) Cumprir todas as obrigações estipuladas neste instrumento, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Indicar, a pedido do CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;
- c) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.
- d) Fornecimento de no mínimo 04 refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar).



- e)** Promover ambiente acolhedor e humanizado, que a recepção do idoso se dê em qualquer horário de chegada.
- f)** Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade.
- g)** Oferecer instalações físicas adequadas e em boas condições de higiene, salubridade, segurança, ambiente limpo e arejado, com alas separadas: quarto feminino/quarto masculino todos com no mínimo 01 ventilador e refeitório arejado, bem como disponibilizar lençol, travesseiro e cobertor para uso diário do idoso.
- h)** A limpeza dos quartos, banheiros, bem como de todos de todo o estabelecimento serão de responsabilidade da contratada.
- i)** O acesso aos ambientes não podem ter escadas, devendo ser respeitada as normas de acessibilidades.
- j)** Informar o Município, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução dos serviços, no todo ou em parte, indicando medidas para corrigir a situação;
- k)** Oferecer atendimento adequado às necessidades da pessoa idosa, tais como moradia com acessibilidade, atendimento médico, refeições adequadas e condições de higiene e limpeza, conforme determina a legislação que dispõe sobre o assunto, especialmente a Resolução RDC nº283, de setembro de 2005;
- l)** Manter equipe mínima de profissionais habilitados para prestação dos serviços contratados, de acordo com a Resolução RDC nº283, de 23 de setembro de 2005;
- m)** Expedir e armazenar relatório com os dados pessoais do paciente, laudo médico, atendendo, rigorosamente, as exigências da Resolução 283/2005;
- n)** Em caso de internação hospitalar do idoso, a contratada deverá fornecer e custar o acompanhamento em tempo integral no ambiente hospitalar, devendo ser este acompanhamento executado por profissionais capacitados. Medicamentos não encontrados na rede pública de saúde, alimentação especial, quando necessários deverão ser supridos e custeados pela contratada.
- o)** Deve ser assegurado o atendimento de qualidade, com até quatro idosos por quarto, conter barra de apoio, cadeira para banho, casa adaptada para caso venha acolher idoso cadeirante;
- p)** Atendimento em unidade institucional com característica domiciliar que acolhe idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativa, lúdica e de lazer na comunidade;
- q)** A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, devendo ser assegurado o atendimento de qualidade, personalizado, com até quatro idosos por quarto;
- r)** A contratada deverá incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária, tais como:



- I - Atividades físicas;**
- II - Atividades de convivência;**
- III - Jogos motivacionais;**
- IV - Grupos de terapia ocupacional;**
- V - Atendimento médico;**
- VI - Trabalho com as famílias, quando houver.**
- s) Desenvolver condições para a independência e auto-cuidado;**
- t) Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;**
- u) Executar o serviço conforme condições estabelecidas neste instrumento e proposta apresentada e Garantir a boa qualidade dos serviços executados de acordo com as melhores técnicas e recomendadas para a natureza dos mesmos;**
- v) Permitir e facilitar, durante a execução dos serviços, a fiscalização, supervisão e inspeção dos serviços, pela CONTRATADA, devendo prestar todos os esclarecimentos necessários quando solicitado.**
- w) O prestador dos serviços deverá, juntamente com a Nota Fiscal, apresentar documento comprobatório do serviço realizado, mensurando o período da referida prestação de serviço, acompanhada de cópia da autorização de fornecimento, certidão estadual, federal e municipal, trabalhista e de regularidade de FGTS, obedecendo rigorosamente conforme exigido;**
- x) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;**
- y) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);**
- z) Reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias qualquer irregularidade detectada na prestação do serviço;**
- aa) Comunicar à Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.**
- bb) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;**
- cc) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;**
- dd) Manter as mesmas condições de habilitação constantes no presente instrumento;**
- ee) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;**



**ff)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, conforme as disposições preconizadas na Lei nº 13.709/18 - Lei geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

## **6. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1** O município busca proporcionar atendimento especializado aos idosos, contando com profissionais capacitados, garantindo um cuidado integral e personalizado, onde favoreça o convívio social dos idosos por meio de diversas atividades interativas, planejadas e personalizadas, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e amigável que estimule a interação social e a formação de laços comunitários aumentando a qualidade de vida. Isso inclui a oferta de refeições balanceadas e adaptadas às necessidades nutricionais individuais, programas de reabilitação física para manter e melhorar a mobilidade e independência, além de atividades cognitivas e recreativas que promovam o bem-estar mental e emocional.

## **7. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

**7.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2** O contrato será acompanhado por um gestor de contratos cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo do contrato com toda a documentação relativa à execução e fiscalização do contrato, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

**7.3** O contrato será fiscalizado por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

**7.4** Após a assinatura do contrato será elaborado o plano de fiscalização do contrato que terá como referência o Termo de Referência, Edital e instrumento contratual e constará as estratégias de execução e fiscalização do contrato, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

**7.5** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a)** os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b)** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- c)** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d)** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e





**e)** A satisfação do público usuário, quando cabível.

**7.5.1** O fiscal do contrato deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

**a)** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**b)** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.5.2** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser instaurado processo administrativo punitivo para apuração das infrações e, se for o caso, aplicação de sanções, conforme regulamento específico.

**7.5.3** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**7.6** O produto/serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o serviço está condizente com a fatura, com as informações necessárias, como previsto em contrato ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o exame está sendo entregue em perfeitas condições e dentro dos parâmetros exigidos.

**7.7** O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**7.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser refeitos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.9** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.10** O Gestor e o Fiscal indicado para o presente contrato será designado por portaria.

**7.11** As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.



## **8. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1.** Para seleção de fornecedores será realizado processo da seguinte forma:

- a) Chamamento Público
- b) Credenciamento

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas decorrentes deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias previstas para os órgãos e entidades.

## **11. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**11.1.** No presente edital consta a previsão para regularização tardia da documentação fiscal para MEI / ME / EPP? (art. 43, 1º da LC nº 123/06)

( ) Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

**11.2.** Está Assegurado o critério de desempate (empate ficto) para MEI / ME / EPP? (art. 44 da LC nº 123/06)

( ) Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso*





*para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

**11.3. Há cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em item de contratação de até R\$ 80.000,00? (art. 48, I da LC nº 123/06)**

( ) Sim (X) Não

Não se aplica cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

**11.4. Há previsão de subcontratação de até 25% para MEI / ME / EPP? (art. 48, II da LC nº 123/06)**

( ) Sim (X) Não

Não se aplica cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

**11.5. Há previsão da prioridade de contratação para MEI / ME / EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (art. 48, §3º, da LC nº 123/06)**

( ) Sim (X) Não

Não se aplica cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*



**CAMPO NOVO  
DO PARECIS**  
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE  
Centro, CEP 78.360-000  
Fone (65) 3382-5100  
CNPJ 24.772.287/0001-36

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

Campo Novo do Parecis/MT, 22 de agosto de 2024.

**Leandro Nery Varaschin**  
Agente de Contratação

**Bianca da Silva Tavares**  
Secretária Municipal de Assistência Social



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84F3-BD77-DEAE-89E0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEANDRO NERY VARASCHIN (CPF 948.XXX.XXX-15) em 23/08/2024 15:14:50 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA DA SILVA TAVARES (CPF 028.XXX.XXX-90) em 26/08/2024 07:27:21 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/84F3-BD77-DEAE-89E0>